Bolsas
Na terça-feira
0,71% São Paulo
1,02% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
116.896 — 116.160
3/11 4/11 7/11 8/11

Salário mínimo
R$ 1.212

Dólar
Na terça-feira
R$ 5,144
(- 0,56%)

Últimos	
1º/novembro	5,118
3/novembro	5,126
4/novembro	5,062
7/novembro	5,173

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 5,182

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2022	0,47
Junho/2022	0,67
Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29

TECNOLOGIA

Brasília fica para trás na implantação do 5G

Cidade ocupa o 11º lugar entre as capitais em ranking que avalia a evolução do acesso das pessoas à nova banda larga

» MICHELLE PORTELA

Primeira capital brasileira a receber a tecnologia 5G, em agosto deste ano, Brasília amarga o 11º lugar, entre as capitais brasileiras, em ranking elaborado pelas empresas de telecomunicações para avaliar a facilidade de acesso do cidadão à nova banda larga. No quesito inovações e acessibilidade, a capital federal ocupa a 56ª posição entre as 155 cidades que já começaram a implantar o serviço. Os indicadores foram divulgados ontem pela Conexis Brasil Digital, entidade que representa o setor, durante o Painel Telebrasil Talks. O estudo Cidades Amigas do 5G aponta a burocracia como a principal barreira para o desenvolvimento de políticas de infraestrutura que garantam acessibilidade ao 5G.

Brasília perdeu 23 posições desde o último ranking, recebendo a nota 3,5 na edição de 2022, numa classificação que vai até 5. As campeãs são as capitais Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), com nota 4,2. São Paulo (SP) aparece em terceiro, com 4,1. As piores avaliações foram obtidas por Cuiabá (3,0), Belém, Goiânia e Belo Horizonte, com 2,9, e Palmas, que recebeu 2,1.

No ranking geral, que não se limita às capitais, a cidade de Ponta Grossa, no Paraná, lidera com nota 4,3. Na sequência, como os municípios mais adaptados à tecnologia que passou a ser oferecida no país entre os 155 que já possuem o 5G, aparecem Porto Alegre e Curitiba, com as notas citadas, seguidas por São José dos Campos (SP), Uberlândia (MG), Jacareí (SP), e São Paulo (SP), todas com 4,1.

A 7ª edição do ranking Cidades Amigas do 5G teve como objetivo identificar, entre os maiores municípios brasileiros, aqueles que mais estimulam a oferta de serviços de telecomunicações no Brasil, considerando políticas públicas que promovam a instalação de infraestrutura necessária à expansão desses serviços.

> **As cidades precisam desburocratizar o processo. Essa adequação é essencial para a expansão do 5G, que vai exigir de cinco a 10 vezes mais antenas que o 4G"**
>
> ***Marcos Ferrari,*** *presidente do Conexis Brasil*

"Este trabalho permite que as cidades verifiquem o seu status e identifiquem os pontos que requerem aprimoramentos. Uma melhor posição no ranking significa que o município está melhorando o acesso do cidadão à internet e trazendo investimentos", ressalta a nota técnica do estudo.

Requisitos

O 5G passou a funcionar em outubro e iniciou a operação em todas as capitais brasileiras, antes mesmo do prazo estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O próximo passo é a implantação da tecnologia nas cidades acima de 500 mil habitantes e nas regiões metropolitanas. Na edição do ano passado, a cidade mineira de Uberlândia liderou o ranking geral. Entre as capitais, Porto Alegre também havia sido a mais bem colocada.

Lucas Pacifico

Entre os requisitos mais importantes, o ranking Cidades Amigas do 5G analisa restrições, burocracia, prazo, onerosidade e efetividade para a implantação de Estações Rádio Base (ERBs) e Redes (subterrâneas ou aéreas) para o desenvolvimento da infraestrutura necessária para a oferta do serviço.

Representantes do setor apontam que os governos não modernizaram a burocracia acerca da concessão de licenças, por exemplo, para a instalação de antenas transmissoras do 5G. "Além de uma mudança na legislação, para uma lei mais moderna e eficiente, é importante que as cidades também trabalhem em regulamentações que desburocratizem o processo. Por exemplo, concentrando todos os pedidos em um único órgão, e mesmo informatizando o licenciamento, como é o caso de Porto Alegre. Lá o sistema é 100% informatizado e a licença pode sair na mesma hora", avaliou o presidente do Conexis Brasil Digital, Marcos Ferrari.

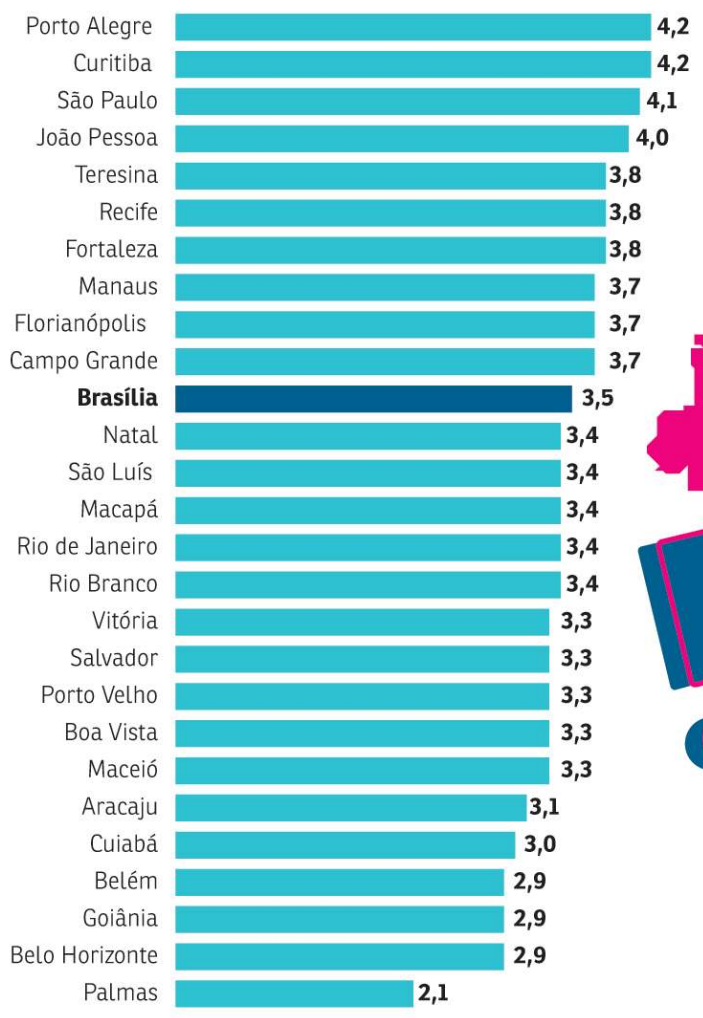
Para ele, a falta de um "balcão único" nas cidades também retarda o avanço da oferta do 5G no Brasil. "Ter de solicitar a licença em vários órgãos ou obter licença ambiental de forma geral, e não apenas para os casos previstos na Lei Geral de Antenas, são dificuldades que acabam atrasando o avanço da conectividade nas cidades", afirmou.

Na lista das principais medidas sugeridas pela Conexis está a adequação da legislação municipal à Lei Geral de Antenas. "Ter uma legislação moderna é o primeiro passo para ampliar a conectividade, mas é preciso mais. As cidades precisam desburocratizar o processo e fazer análises rápidas dos pedidos. Essa adequação é essencial para a expansão do 5G, que vai exigir de cinco a 10 vezes mais antenas que o 4G", afirmou Ferrari.

Longe do topo

Brasília ocupa a 11ª posição em ranking que classifica as capitais de acordo com a acessibilidade dos cidadãos à tecnologia 5G

NOTAS DE 0 A 5 *



* O ranking leva em conta fatores como restrições à implantação dos equipamentos, burocracia, prazos de licenciamento, onerosidade e efetividade para a implantação de Estações Rádio Base (ERBs) e redes subterrâneas ou aéreas.



EXEMPLOS DE PROBLEMAS ENCONTRADOS, SEGUNDO AS EMPRESAS:

80% das cidades levam de 6 a 12 meses para emitir as autorizações

70% não determinam prazo para a resposta do Poder Público aos requerimentos

30% vedam a instalação de ERBs em determinadas áreas (praças, parques, outros)

Fonte: Estudo Cidades Amigas do 5G/ Conexis Brasil Digital

TRIBUTAÇÃO

Projeto que atualiza Simples avança na Câmara

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para Marco Bertaiolli, correção dos valores estimulará a economia

» TAÍSA MEDEIROS

Um projeto de lei que amplia o teto do Simples Nacional é foco de uma mobilização na Câmara dos Deputados, liderada pelo presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Marco Bertaiolli (PSD-SP). A expectativa é que o texto seja levado ao plenário na próxima semana, onde terá como relator o deputado Darci de Matos (PSD-SC). A proposta já foi aprovada nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Tributação (CFT).

O PLP 108/21, que foi apresentado ontem, em evento com autoridades e empresários, na Câmara, é polêmico. O Simples é o sistema de tributação simplificada e favorecida para negócios de pequeno porte. Ao elevar os limites de enquadramento das empresas, o projeto reduz a arrecadação tributária de União, estados e municípios. Por isso, vem sendo apontado como uma das propostas incluídas na chamada "pauta-bomba" do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) que, ao todo, somam uma renúncia fiscal de R$ 100 bilhões em 2023. Apenas com o projeto da ampliação do teto do Simples, a renúncia é estimada em R$ 66 bilhões.

Bertaiolli contesta essas estimativas. "Não existe veracidade nesses números. Eles não foram divulgados pela Receita Federal. Parecem aquelas fake news que alguém começa a contar, vão se expandindo, se ampliando, e quando se vê, viraram verdade", argumentou o parlamentar.

Os deputados da FPE trabalham para acelerar a tramitação do projeto. Até o fechamento desta edição, 170 parlamentares já haviam assinado o requerimento de urgência para que ele seja votado em plenário na semana que vem. Para tanto, são necessárias 257 assinaturas. Como o texto foi modificado, caso seja aprovado na Câmara, retornará ao Senado, onde foi apresentado originalmente, para nova apreciação.

Justificativa

O projeto amplia o teto de faturamento para os Microempreendedores Individuais (MEI) de R$ 81 mil para R$ 144 mil por ano e permite que os profissionais contratem até dois empregados. O teto das microempresas passa de R$ 360 mil para R$ 869 mil anuais. Já para as empresas de pequeno porte, o faturamento máximo passa de R$ 4,8 milhões para R$ 8,6 milhões. O texto ainda propõe um gatilho para que tais valores sejam reajustados todo ano.

Bertaiolli destacou que os valores dos tetos para MEIs e microempresas foram atualizados pela última vez em 2016, de "maneira tímida". Ele explicou que, para fazer a correção dos valores, os técnicos foram até a origem dos cálculos, em 2006. "Atualizamos pelo IPCA, que é o índice oficial de inflação do Brasil, e chegamos a 2022. Portanto, nenhum centavo de aumento real na tabela do Simples Nacional", argumentou Bertaiolli.

Segundo o relator, a mudança tende a gerar mais emprego e renda, pois os pequenos empreendedores deixariam de ter o receio de ampliar os negócios e perder os benefícios. "Tem muitas microempresas que poderiam produzir mais, contratar mais, e não o fazem em virtude de um teto que não é corrigido há 16 anos", afirmou. "Esse projeto vai alavancar a economia do Brasil."